

Saúde mais pobre

O Orçamento proposto pelo Governo do Distrito Federal para 2003 está longe de servir de consolo para os brasilienses. Ao contrário das outras áreas, a saúde perderá dinheiro. Segurança terá mais R\$ 550 milhões se a proposta for aprovada. No total, R\$ 1,85 bilhão serão destinados à proteção dos moradores da capital. Para obras, o governo reservou R\$ 1,1 bilhão, 10% a mais que o investido no ano passado. O volume de recursos para habitação deverá crescer até 120% — de R\$ 35 milhões para R\$ 78 milhões.

Para Saúde, porém, a previsão financeira caiu R\$ 200 milhões. Em 2002, o Fundo de Saúde contou com R\$ 1,25 bilhão. Em 2003, a proposta fixou R\$ 1,23 bilhão. Mas a situação piora a olhos vistos. As filas nos hospitais aumentam. Setores, como o de cardiologia do Hospital de Base e hemodiálise do Hospital Regional de Taguatinga, são fechados por falta de estrutura de funcionamento. No Hospital de Base, a polícia civil investiga três mortes na área de cirurgia cardíaca.

Pacientes de esclerose múltipla, hepatite C e fibrose cística encontram as prateleiras da farmácia central do Distrito Federal vazias por dias seguidos. Famílias de recém-nascidos sub-

metidos ao teste do pezinho não recebem o resultado do exame porque falta reagente para completar a avaliação.

Relatório da Controladoria-Geral da União mostrou que a crise no setor também decorre da má gestão financeira, não só da falta de recursos. A controladoria, vinculada à Presidência da República, concluiu que medicamentos foram comprados por preços até 300% mais altos que a média do mercado em processos de licitação pública. Em outras palavras: gastam-se mal as verbas escassas. Mais. Este ano, a Câmara Legislativa votou emendas ao orçamento que tiraram R\$ 100 milhões da saúde. Do total, 40% foram desviados para a construção da ponte do Lago Sul. Há três meses, R\$ 20 milhões retornaram ao destino original.

A esperança, depois de aprovada a proposta do Executivo local, deposita-se nos parlamentares eleitos para o Congresso Nacional. Eles podem votar emendas ao Orçamento da União para aumentar as verbas da saúde. A votação do Orçamento local deve ocorrer no início de dezembro. Até lá, há tempo de reavaliar as prioridades do Distrito Federal. A conclusão só pode ser uma. Mantida a escassez, as filas continuarão a crescer, os remédios a faltar, os equipamentos a pedir socorro. Vidas se perderão. E, com elas, a esperança de tratamento digno.